



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 15/2017

FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100, §3º E §4º DA CF/88.

JOSÉ ANTÔNIO BONVECHIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Leis.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Planaltina do Paraná, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do art. 100, §3º e

§ 4º da CF/88, sendo procedido diretamente pela Secretaria Geral do Município, mais especificamente ao Departamento de Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente - Requisição de Pequeno Valor - RPV.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações equivalentes ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Os pagamentos das RPV's de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Geral do Município, mais especificamente no Departamento de Finanças.

Parágrafo único. O pagamento de RPV's será realizado em até 60 (sessenta) dias, sendo considerado como início do prazo, o dia útil seguinte à data da intimação, contados em dias corridos.

Art. 3º O Departamento Jurídico do Município velará para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no §8º do art. 100 da CF/88, sem prejuízo da faculdade o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de maio de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO BONVECHIO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARANÁ

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/07/2019